

O preconceito linguístico: algumas considerações¹

Elizete Beatriz Azambuja (UEG)

RESUMO: Neste artigo, tecemos algumas considerações sobre o preconceito linguístico, sustentando-nos na teoria da Análise de Discurso. Para nossa reflexão, tomamos, entre outras noções discursivas, a de ideologia e a de memória, necessárias para a compreensão do processo de constituição do discurso preconceituoso.

Palavras-chave: preconceito linguístico; Análise de Discurso; ideologia; memória.

ABSTRACT: *In this paper, we make some considerations about the linguistic prejudice, based on the theory of Discourse Analysis. For our analysis, we take, among other discursive notions, that of ideology and memory, necessary to understand the process of the constitution of prejudiced discourse.*

Keywords: *Discourse Analysis; linguistic prejudice; ideology; memory.*

Introdução

Na vida dos indivíduos e das sociedades, a linguagem constitui um fator mais importante que qualquer outro. Seria inadmissível que seu estudo se tornasse exclusivo de alguns especialistas; de fato, toda a gente dela se ocupa pouco ou muito; mas – consequência paradoxal do interesse que suscita – não há domínio onde tenha germinado idéias tão absurdas, preconceitos, miragens, ficções. (SAUSSURE, 2006, p.14).

A discriminação hierarquizada das línguas funda-se num lento e contínuo processo histórico, abarcando de forma absoluta o político e o social. Esse movimento intermitente, como uma teia tecida na história, produz seus efeitos de sentido seletivos nas sociedades, regulados pelas relações de poder, em direção ao que se chama hoje de preconceito linguístico. (BISINOTO, 2009, p.45-6).

O nosso objetivo, neste texto, é tratar, em linhas gerais, do *preconceito linguístico*, pois, como disse Saussure, em outras palavras: no domínio da linguagem, o preconceito está presente ao constituir a relação sujeito/língua. Fazemos, então, algumas considerações sobre o preconceito linguístico fundamentando-nos na teoria Análise de Discurso.

¹ Estas reflexões compõem a tese de doutorado intitulada “O funcionamento ideológico na produção da ‘hipercorreção’”, orientada pela Prof^ª Dr^ª Eni P. Orlandi e defendida em agosto/2012, no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL/UNICAMP).

Para começar, remetemo-nos a Guimarães quando afirma que não há igual direito a dizer, por exemplo, [mutio] ou [muito]. O direito à palavra é distribuído de tal maneira que ele é um para os que dizem a segunda forma e é outro para os que produzem a primeira. (GUIMARÃES, 2002, p. 21).

Conforme Guimarães, há, em nossa sociedade, modos de falar que são autorizados em contraposição a outros que são interditados, ou censurados². Não há permissão para alguns falarem em determinados lugares sociais. Podem falar com seus familiares, amigos, colegas, no entanto, não podem falar como jornalistas, na televisão, por exemplo. Atualmente, a mídia junta-se de maneira decisiva aos instrumentos que organizam o espaço de enunciação, juntamente com a Escola, a gramática e o dicionário [...] Estas instrumentações da língua tabalham incessantemente sua divisão entre o certo e o errado.” (GUIMARÃES, 2006, p. 17). Nesse sentido, relacionamos este estudo ao que Zoppi-Fontana se refere como sendo:

[...] o estudo de práticas discursivas definidas por processos de identificação a partir dos quais o sujeito do discurso se constitui na sua concreta função de enunciador afetado por uma *desqualificação*, uma *deslegitimação* e, inclusive, uma *interdição* desse seu dizer. Posições de sujeito que se caracterizam por um esvaziamento/silenciamento da função enunciativa que afeta tanto os processos de constituição do sujeito quanto os efeitos dos enunciados aí produzidos, cujas formulações sofrem restrições de circulação (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 275).

A nosso ver, a relação do sujeito com a língua dividida é naturalizada, des-historicizada, despolitizada, em nossa sociedade. Ela ainda não foi suficientemente discutida ou, então, o modo como está sendo discutida não tem produzido deslocamentos efetivos nos sentidos secularmente (im)postos.

2. O preconceito linguístico e o funcionamento da ideologia e da memória discursiva

Com Orlandi podemos dizer que o preconceito “se realiza individualmente ou por pequenos grupos, ou raças, mas é de natureza sócio-histórica, sendo regido pelo econômico [...]” (ORLANDI, 2009, p. 223). Nesse sentido, vivemos em uma sociedade capitalista, com seus valores, sua hierarquização, sua verticalização social entre os que possuem mais ou menos bens; sendo que, numa sociedade neo-liberal, o acesso a diferentes bens é desigual.

² *Censura* é aquilo que é proibido dizer em certa conjuntura (ORLANDI, 1995, p. 108). De acordo com Orlandi, em seu livro *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*: “Não se pode dizer aquilo que (se poderia mas) foi proibido”

Assim, o preconceito linguístico é uma forma de censura, visto que na censura temos sentidos que são possíveis, mas que não podem ser ditos. Em relação a isso, lembramos que Orlandi trata a censura enquanto silêncio local, manifestação mais visível da política da interdição do dizer. (ORLANDI, 1992, p. 74). A nosso ver, podemos relacionar o preconceito linguístico com o modo que a autora argumenta sobre a política do silêncio, enquanto aquela que “se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis em uma situação discursiva dada”. (*op.cit.*, p. 73). Em nossa reflexão é o modo como se diz algo é que sofre interdição, pois algumas formas de dizer são execradas em determinadas situações.

Ainda segundo Orlandi (2002, p.199), o preconceito linguístico tem como base a afirmação de que “não se pode falar ‘errado’”. Para a autora, entre os preconceitos mais efetivos, está esse preconceito, visto que os sujeitos se constituem *pela e na* linguagem, identificando-se pelo fato mesmo de falarem.

Bagno, ao tratar do preconceito linguístico, remete-o a práticas sociais dos gregos³ na Antiguidade:

[...] há quase 2.500 anos, associaram *língua culta* com *escrita literária*. Essa é uma tradição que começou por volta do século III a.C., entre os filósofos e filólogos gregos, quando foi criada a própria disciplina batizada de gramática, em grego, significava, na origem, ‘a arte de escrever’. [...] ao desprezar completamente a língua falada (considerada ‘caótica’, ‘ilógica’, ‘estropiada’), e também ao classificarem a mudança da língua ao longo do tempo de ‘ruína’ ou ‘decadência’ [...] Foram eles e seus seguidores, de fato, que plantaram as sementes do preconceito linguístico, que iam dar tantos e tão amargos frutos ao longo dos séculos (BAGNO, 2003, p. 46, grifos do autor).

Vale dizer que quando se pensa o ensino e a circulação da língua nacional como um bem público, reflete-se sobre as práticas sociais ao longo da história e os mais diferentes e efetivos processos de exclusão, de inclusão, de valorização de sujeitos pelo *modo* como falam. Orlandi (*op.cit.*, p. 199) argumenta que não pensa que o fato de se tratar de normas ou de regras seja em si um preconceito, visto que as sociedades com as suas instituições são regidas por normas. No entanto, é na diferença real existente entre os sujeitos de uma sociedade, que as hierarquizações se constituem, que valores são atribuídos e que se criam

³ Chamamos a atenção para a distinção entre o que significava ser gramático na Grécia, na época citada pelo autor, e o que era ser gramático no Brasil no séc. XIX. Enquanto, no primeiro caso, o objetivo era a imposição de uma língua sobre outra, no último o que estava em jogo era o desejo de legitimação de uma língua nacional.

preconceitos e processos de exclusão. Ou seja, é pela maneira como as diferenças são significadas em um imaginário social que se instaura o preconceito.

A língua é parte desse imaginário social e aquilo que é norma produz uma separação entre os cidadãos, qualificando-os ou os desqualificando. Ao mesmo tempo, pode haver a atribuição de um lugar ou a exclusão da convivência social qualificada. De acordo com Leite,

[...] a intolerância linguística passa quase despercebida pela opinião pública e não provoca sérios abalos sociais, da mesma forma que aqueles provenientes da intolerância religiosa ou política, parece nem existir. Contudo, a intolerância linguística existe e é tão agressiva quanto outra qualquer, pois atinge o cerne das individualidades. A *linguagem* é o que o homem tem de mais íntimo e o que *representa a sua subjetividade*. Não é exagero, portanto, dizer que uma crítica à linguagem do outro é uma arma que fere tanto quanto todas as armas. (LEITE, 2008, p. 13, grifos nossos).

Concordamos com Leite quanto à ênfase dada ao processo de um cruel afetamento produzido pelo preconceito linguístico e que é silenciado em nossa sociedade. No entanto, questionamos a continuidade da afirmação da autora, pois, a nosso ver, a linguagem mais do que “representar” a subjetividade, “constitui” essa subjetividade, por isso quando criticamos o modo como alguém fala, estamos criticando, censurando o modo como esse alguém se constitui. Ou seja, constituímos-nos pelo nosso dizer, porque somos estruturados pela língua, considerando que sujeito e língua não se separam.

Chamamos a atenção para a utilização da expressão “intolerância linguística” utilizada pela autora, na citação acima. A nosso ver, é complicado esse modo de se referir a formas de língua que não são legitimadas, visto que a própria expressão remete a uma “tolerância” que produz um sentido de superioridade em que alguém está acima de quem fala e de alguma forma irá “permitir” que o outro se manifeste. Assim, não se trata de se ter “tolerância”, mas de considerar o outro como seu igual, nem melhor nem pior, pois como disse Saramago:

Tolerância não é igualdade. Eu sou contra a tolerância, porque ela não basta. Tolerar a existência do outro e permitir que ele seja diferente ainda é pouco. Quando se tolera, apenas se concede, e essa relação não é uma relação de igualdade, mas de superioridade de um sobre o outro. Sobre a intolerância já fizemos muitas reflexões. A intolerância é péssima, mas a tolerância não é tão boa quanto parece. Deveríamos criar uma relação entre as pessoas da qual estivessem excluídas a tolerância e a intolerância. (SARAMAGO, 2010).

Em nossa sociedade constituída por normas, principalmente quando se trata da língua, regras são ditadas e impostas. Quando alguém diz algo diferente da forma da língua que é imposta como a “correta” critica-se a pessoa, acusando-a de que “não sabe falar, que parece que nunca frequentou a escola”. Em outras palavras, o “saber falar” está associado à escolarização. De acordo com Gnerre (2009, p. 28),

Se as pessoas podem ser discriminadas de forma explícita (e não encoberta) com base nas capacidades linguísticas medidas no metro da gramática normativa e da língua padrão, poderia parecer que a difusão da educação em geral e do conhecimento da variedade linguística de maior prestígio em particular é um projeto altamente democrático que visa a reduzir a distância entre grupos sociais para uma sociedade de ‘oportunidades iguais’ para todos.

Trazemos, novamente, Gnerre (2009, p.12) quando afirma que “o preconceito linguístico grego apontou o caminho da elaboração ideológica de legitimação de uma variedade de prestígio”. Assim, o pensamento grego de quase 2500 anos constitui ainda hoje a memória social, nos enunciados em que a ideia de correção está relacionada diretamente à língua escrita.

Nessa perspectiva, para possibilitar uma melhor compreensão de como funciona na sociedade o imaginário de “correção” de língua, a constituição do preconceito linguístico e os gestos de interpretação inscritos no nosso material de análise, retomamos, entre outras noções, a noção de memória presente nas reflexões de Orlandi. Para a autora, é necessário pensarmos a memória sob dois aspectos:

- a) a *memória institucionalizada*, ou seja, o arquivo, o trabalho social da interpretação em que se distingue quem tem e quem não tem direito a ela; e
- b) a *memória constitutiva*, ou seja, o interdiscurso, o trabalho histórico da constituição da interpretação (o dizível, o repetível, o saber discursivo). (ORLANDI, 2007, p. 67-68).

É entre a memória institucionalizada e os efeitos da memória constitutiva que a interpretação se faz. Desse modo, se por um lado há o congelamento de sentidos na repetição, por outro há a possibilidade do sentido vir a ser outro.

Em outros termos, tomamos o arquivo como memória estabilizada, enquanto espaço em que “o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito da relação de forças”. O arquivo “repousa sobre o realizado, menos o que se *pode* e mais sobre o que se *deve* ser dito. No arquivo há um efeito de fechamento, de saturação de completude”. (ORLANDI, 1996, p. 136).

Ainda conforme a autora, pensamos o interdiscurso enquanto espaço em que “há o que se deve dizer, o que se pode dizer e mesmo a possibilidade de se dizer o irrealizado”. (*op.cit.*, p. 172).

É fundamental compreender que, em nossa sociedade, considerando a história que a constitui, “há tendência em se sobrepor o arquivo sobre o interdiscurso no funcionamento discursivo. E é a partir do efeito dessa sobreposição que geralmente se distingue escrita (fixa) e oralidade (dispersa)”. (*op.cit.*, p. 172).

Além da noção de memória, a de ideologia é básica para o entendimento do processo de constituição do discurso, no caso, o discurso preconceituoso. Parafraseando Orlandi (2001, p. 45-50), a ideologia é a interpretação do sentido em uma direção. Há uma injunção a determinada interpretação que se apresenta como sendo *a* interpretação. O sentido aparece como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. Interpreta-se e, ao mesmo tempo, nega-se a interpretação. Para Pêcheux é o funcionamento da ideologia em geral que interpela os indivíduos em sujeitos de seu discurso e “fornece a ‘cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistemas de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas”. (PÊCHEUX, 1995, p. 162).

Ao observarmos as práticas linguísticas que constituem os diferentes espaços sociais, é possível notar a hierarquização que se (re)produz. Conforme dissemos, o que se considera como “língua” é o registro formal das pessoas escolarizadas e, a partir daí, constitui-se o modo repressivo de tratar os sujeitos que se expressam com “as línguas coloquiais de pessoas não escolarizadas”. (GUIMARÃES, 2002, p.21).

Em textos que retratam o preconceito em relação a negros, por exemplo, há uma maneira de falar em que o enunciador restringe o próprio dizer, possibilitando perceber o funcionamento da *censura*: “não posso falar além disso”, “existem outros sentidos que não podem aparecer”, ou ainda, “esses são os sentidos permitidos nessa sociedade”⁴. (AZAMBUJA, 2005, p. 37). Porém, o que observamos, nas diferentes práticas sociais, é o fato de que a discriminação linguística não sofre nenhuma censura. É prevista a punição, em nossa sociedade, àqueles que discriminam o negro, no entanto ninguém sofre sanções por discriminar o modo como alguém fala.

⁴ Na dissertação de mestrado, publicada pela editora da Universidade do Estado de Mato Grosso, abordamos essa questão no capítulo: “Um lugar simbólico negado faz emergir a negação na discursividade” (AZAMBUJA, 2005).

Esse fato é possível de ser observado no recorte de uma crítica marcada pela ironia⁵ em relação a uma personagem que “incomodava” com sua fala no programa *Big Brother*, há alguns anos (2004). Este enunciado também nos faz pensar sobre um dos papéis da mídia que é o de reproduzir alguns sentidos, colocando-os em intensa circulação e, em consequência, produzindo um efeito de inquestionabilidade.

[...] Mas a vida é como circuito elétrico, sempre tem um lado positivo. E neste caso, o lado positivo é que um dia o programa acaba, a Solange ladra, as caravanas passam e a gente nunca mais vai ter que assistir em horário nobre alguém dizer *Jack o Estuprador* sem saber que está num programa de humor!!

Agora, com licença, que eu tenho que me recompor, de tanto rir desta participante que tem mais sorte do que juiz! Já ri tanto que *depilei* o fígado! (grifos nossos)

A participante do programa é tratada como cão: “a Solange ladra”. A crítica parte de alguém que ironiza a troca dos vocábulos: “estripador” > “estuprador”; “desopilei” > “depilei” aponta para o preconceito. Dito de outro modo, podemos dizer que este enunciado materializa a ideologia e ela se mostra sob a forma de evidência(s) cruelmente absurda(s), para quem não se inscreve nessa mesma regionalização de sentidos.

Na relação dos sujeitos com a língua, importa enfatizar que ainda não há uma forma de censura que atinja o preconceito sobre o modo como as pessoas falam. Ao contrário, é permitido ser preconceituoso, é permitido rir do modo como se expressam as pessoas cujas formas linguísticas são vistas como ilegítimas.

3. Para “fechar” a nossa discussão...

Nesse espaço, pensamos o preconceito linguístico enquanto contradição constitutiva de uma sociedade capitalista. Isso significa que buscamos sair de um modo de pensá-lo enquanto oposição de classes, entre dominantes e dominados, já que, neste lugar, naturalizam-se as desigualdades sociais, econômicas, produzidas ao longo da história, desconsiderando-se as condições de produção em que se instala o preconceito.

De acordo com Leite, o preconceito linguístico é “[...] a discriminação silenciosa e sorrateira que o indivíduo pode ter em relação à linguagem do *outro*: é um *não-gostar*, um achar-feio ou achar-errado um *uso* (ou uma língua), sem a discussão do contrário, daquilo que poderia configurar o que viesse a ser o bonito ou correto.” (LEITE, 2008, p. 24-25). (Grifos da autora).

⁵ Recorte que compõe um texto anônimo, que circulou na internet, em 2004.

Finalizando, vale frisar que, na perspectiva discursiva, o preconceito é uma discursividade que “circula sem sustentação em condições reais e fortemente mantidas por relações imaginárias que silenciam sentidos e razões da própria maneira de significar”. (ORLANDI, 2009, p. 223). Assim, não se trata *apenas* de negar o direito do sujeito de dizer de uma forma ou de outra, mas de “negar a própria existência do ser.” (*op.cit.*, p.223).

Referências Bibliográficas

AZAMBUJA, E. B. **Olhares, vozes e silêncios que excluem:** estereótipos de índio. Cáceres: Editora Unemat, 2005.

BAGNO, M. **A norma oculta:** língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2003.

BISINOTO, L.S.J. Uma reflexão sobre atitudes linguísticas. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos 22**. Campinas: Capes- Procad- Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2009.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento:** um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2002.

LEITE, M.Q. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

ORLANDI, E.P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Editora da UNICAMP, 1995.

_____. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes Editores, 1996.

_____. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. **Língua e Conhecimento Linguístico**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: FERREIRA, M.C.L.; INDURSKY, F. (orgs.). **Análise do Discurso no Brasil:** mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

_____. **A língua brasileira e outras histórias:** discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas, SP: Editora RG, 2009.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

SARAMAGO, J. Um ateu preocupado com Deus. In: *Saramago nas Suas Palavras*. Edição e selecção de Fernando Gómez Aguilera, Lisboa: Editorial Caminho, 2010.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

ZOPPI-FONTANA, M.G. Identidades (in)formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. **Organon 35**: *Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, vol. 17, Número 35, 2003.

Elizete Beatriz Azambuja é graduada em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso (1997), mestrado (2000) e doutorado (2012) em linguística, pela Universidade Estadual de Campinas. É professora de linguística da Universidade Estadual de Goiás e atua na Unidade Universitária de São Luís de Montes Belos/GO. (liazambuja@ibest.com.br)